



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006371

Requerente: Vereador Gervásio Santana

Súmula: Projeto de Lei: que "Proíbe as atividades pedagógicas que visem a reprodução de conceito de ideologia de gênero na Grade de Ensino da Rede Municipal e Privada de Sapucaia
[SIC]

RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição legislativa de autoria de vereador com assento nesta edilidade, cujo escopo "Proíbe as atividades pedagógicas que visem a reprodução de conceito de ideologia de gênero na Grade de Ensino da Rede Municipal e Privada de Sapucaia do Sul". Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

PARECER

Acerca da matéria tratada pela proposição legislativa em análise, adotamos por paradigma orientação extraída de algumas decisões recentes que abordaram o tema. O Supremo Tribunal Federal, através do Exmo. Ministro Roberto Barroso, por ocasião de sua manifestação nos autos de uma ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental), em sede de decisão liminar, manifestou-se como segue.

*Direito à educação. Medida cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. **Lei municipal que veda o ensino sobre gênero e orientação sexual, bem como a utilização desses termos nas escolas. Deferimento da liminar.***

1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF/88, art. 22, XXIV), bem como à competência deste mesmo ente para estabelecer normas gerais em matéria de educação (CF/88, art. 24, IX). Inobservância dos limites da competência normativa suplementar municipal (CF/88, art. 30, II).



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

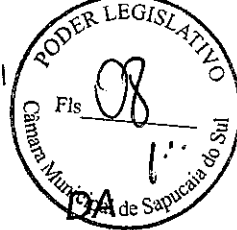


2. Supressão de domínio do saber do universo escolar. Desrespeito ao direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Dever do Estado de assegurar um ensino plural, que prepare os indivíduos para a vida em sociedade. **Violação à liberdade de ensinar e de aprender (CF/88, arts. 205, art. 206, II, III, V, e art. 214).**
3. Comprometimento do papel transformador da educação. Utilização do aparato estatal para manter grupos minoritários em condição de invisibilidade e inferioridade. Violação do direito de todos os indivíduos à igual consideração e respeito e perpetuação de estigmas (CF/88, art. 1º, III, e art. 5º).
4. Violação ao princípio da proteção integral. Importância da educação sobre diversidade sexual para crianças, adolescentes e jovens. Indivíduos especialmente vulneráveis que podem desenvolver identidades de gênero e orientação sexual divergentes do padrão culturalmente naturalizado. Dever do estado de mantê-los a salvo de toda forma de discriminação e opressão. Regime constitucional especialmente protetivo (CF/88, art. 227).
5. Plausibilidade do direito alegado e perigo na demora demonstrados. **Cautelar deferida.**

(ADPF 461/PR, Relator Min. ROBERTO BARROSO – Decisão Monocrática, Julgamento em 16/06/2017). **Grifo nosso.**

Ao mesmo sentido, e trazendo ainda outros fundamentos, citamos a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:



EMENTA: REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. IDEOLOGIA DE GÊNERO. MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA. LEI Nº 5.165/2015 QUE VEDA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE IDEOLOGIA DE GÊNERO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA. COMPETENCIA LEGISLATIVA. VÍCIO DE INICIATIVA. INOCORRÊNCIA. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E NA



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ACOLHIMENTO
REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE
MATERIAL.** 1 A completa vedação à divulgação e ao estudo da
"ideologia de gênero" exerce verdadeira censura e ofensa à
liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento
e o saber, o que se mostra inadmissível no âmbito plural e
isonômico do Estado Democrático de Direito. 2. Na formulação da
política educacional devem ser respeitadas as diversidades de
valores, crenças e comportamentos existentes na sociedade,
razão pela qual a proibição pura e simples de determinado
conteúdo pode comprometer a missão institucional da escola de
se constituir como espaço de formação da pessoa humana. 3. Por
um lado, temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença
nos inferioriza, e, por outro, o direito de ser diferentes quando a
nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma
igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que
não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.
PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO.

(Representação de Inconstitucionalidade nº 0007584-
60.2016.8.19.0000, TJRJ, Relator: Des. Maldonado de Carvalho,
julgado em 17 de abril de 2017). **Grifo nosso.**

Com fundamento nas decisões acima mencionadas, opinamos ao
sentido que o projeto incorre em violação da competência privativa da
União para legislar sobre diretrizes e bases da educação, quer porque
os Municípios não detêm competência legislativa – nem mesmo
concorrente – para dispor sobre diretrizes do sistema educacional
(CF/88, art. 22, XXIV), quer porque, ainda que se admitisse sua
competência para suplementar as normas gerais da União na matéria, a
lei municipal jamais poderia conflitar com essas últimas (CF/88, art. 30,
II).





CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o processo à sua tramitação regimental. À análise superior, e com aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para as diligências de praxe.

Sapucaia do Sul, 16 de maio de 2018

Pablo José Cambôim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo.

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257